

FMI poderá adiar reunião do "board" para o dia 23

Armando Ourique

Washington — A reunião do Conselho Diretor do FMI para aprovar o novo programa econômico do Brasil poderá ser adiada até o próximo dia 23, segundo revelou uma alta fonte do Governo brasileiro que esteve, desde sábado, em negociações com o diretor-gerente do Fundo Jacques de Larosière.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, afirmou que o Brasil e o FMI "vão ficar firmes" na determinação de realizar a reunião do Conselho apenas quando os bancos privados tiverem comprometido 90% (5 bilhões 850 milhões de dólares) do pacote financeiro de 6,5 bilhões de dólares

Delfim desmente mais aperto

Pastore, entretanto, não esclareceu se este seria o único motivo para o possível adiamento da reunião do Conselho. Disse que até sábado os bancos privados já haviam comprometido 4,5 bilhões de dólares e que o ritmo de resposta, nos últimos dias, vinha sendo muito positivo. O Brasil, no entanto, afirmou, quer assegurar que o pacote financeiro seja completado, para não enfrentar os problemas das negociações do ano passado, quando os projetos 3 e 4 não foram concluídos (referiam-se, respectivamente, aos créditos comerciais e interbancários).

A primeira fonte, sem explicar os motivos, disse que Jacques de Larosière poderia ainda confirmar a data da reunião do Conselho Diretor entre os dias 18 e 23 de novembro, apesar de ela ter sido marcada preliminarmente, durante a assembléia do Fundo, para o dia 18. Duas fontes do FMI, entretanto, disseram que esta data ainda constava da agenda do Conselho e que, em princípio, deveria ser mantida.

O Ministro Delfim Neto voltou a se reunir ontem com o Fundo Monetário Internacional, após ter mantido um encontro de meia hora com o Secretário do Tesouro americano, Donald Regan. O Ministro disse, anteontem à noite, que em suas várias reuniões no FMI, ele se limitou a "descrever o programa econômico que já foi aprovado" e a fazer "análises fiscais e monetárias do impacto do Decreto-Lei 2065. No Fundo, foram sessões de esclarecimento" sobre a política brasileira, disse Delfim Neto, negando que o FMI tivesse discutido novas solicitações ou exigências de medidas econômicas.

O Ministro disse que o impacto econômico do 2065 é idêntico ao do 2045, com medidas fiscais de maior austeridade para compensar os reajustes salariais mais acentuados do segundo Decreto-Lei. Ao ser perguntado se o diretor-gerente do FMI concordava com sua análise, Delfim respondeu que achava que sim, apesar de que não havia discutido essa questão durante suas reuniões com de Larosière.

re e que não poderia falar em nome do diretor-gerente.

Delfim Neto disse haver assegurado ao FMI que o Governo brasileiro executará políticas fiscais e monetárias capazes de cumprir as metas de desempenho do programa do Fundo para 1983 e 1984.

Destacou que, em suas conversas, "ficou claro que a meta de reduzir o déficit operacional do setor público em 1983 para 2,7% do PIB será cumprida".

Já Pastore acrescentou que o FMI tinha, no início das discussões, algumas dúvidas sobre isso. O Ministro Delfim afirmou ainda que o 2 065 assegura, através do aumento da receita pública, "um pequeno superávit operacional do setor público em 1984". Esta meta será facilitada, afirmou, com o aumento de 2% do ICM cobrado pelos Estados.

"Bridge" não está nos planos

Pastore disse que o Governo brasileiro havia abandonado suas gestões para obter, dos grandes bancos, um crédito-ponte superior a 3 bilhões de dólares, com o objetivo de liquidar os atrasos de pagamentos de juros até 31 de dezembro.

Disse que esse crédito-ponte havia-se tornado desnecessário, porque as negociações pelo pacote de 6,5 bilhões de dólares haviam transcorrido em termos mais positivos do que sua expectativa. Desta forma, o Brasil está assegurando que mais de 3 bilhões de dólares sejam desembolsados do pacote de 6,5 bilhões de dólares antes do fim do ano. Disse que essa cláusula constará dos contratos com todos os bancos e que, portanto, o Brasil não precisará de um adiantamento por parte dos bancos maiores para saldar os juros em atraso.

O Ministro Delfim disse que as negociações com governos credores para a concessão de 2,5 bilhões de dólares em garantias de crédito à exportação estavam evoluindo normalmente. Mencionou que alguns governos, observando suas tradições, poderão não fazer uma declaração pública formal sobre a extensão dessas garantias de crédito, mas que elas se tornarão disponíveis.

O Ministro enfatizou, em sua entrevista, as enchentes no Sul e a seca no Nordeste como causas que reduziram a oferta de produtos agrícolas e precipitaram o aumento da inflação. Disse que o aumento de preços dos últimos 12 meses registraram uma alta de 330% nos preços de produtos agrícolas e de 120% nos preços de produtos industriais.

Comentou que a quebra de safra no Sul comprometeu 6 milhões de toneladas de grãos e que o Nordeste não conseguiu colher nem sementes. Afirmou que a economia brasileira voltará a crescer "quando houver espaço no balanço de pagamentos".